

BANDEIRANTES DO SÉCULO XX NA AMAZÔNIA: A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA FRENTE PIONEIRA DE REDENÇÃO NO SUL DO PARÁ¹

Fábio Carlos da Silva

Professor Adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

email: fcsilva@amazon.com.br

Resumo: Principais aspectos da expansão do capitalismo para Amazônia oriental brasileira, particularmente a partir do governo JK, na década de 1950, tomando-se como estudo de caso a história econômica da primeira frente pioneira da Amazônia. Os fatos históricos que gravitam em torno da história do atual município de Redenção, no sul do Pará, revelam como alguns empreendedores de São Paulo e Minas Gerais, “os bandeirantes do século XX”, se apropriaram das melhores terras da Região do Araguaia paraense e desencadearam um processo de reocupação do território local, com a transformação da terra em mercadoria, a expulsão de índios e camponeses, a instalação da pecuarização capitalista moderna e o surgimento da cidade mais desenvolvida da Região.

Palavras-chave: Frentes pioneiras; Economia camponesa; Amazônia brasileira.

Introdução

Este artigo procura mostrar como o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, após a década de 1960, se expande geo-economicamente, alcançando uma das áreas da Amazônia Oriental brasileira, isto é, o espaço territorial correspondente ao município de Redenção, atualmente o mais desenvolvido da região sul do Pará, cujo território viria a se constituir na primeira frente pioneira da Amazônia.

A categoria frente pioneira utilizada nesse estudo refere-se aos espaços da fronteira econômica onde a economia camponesa, caracterizada por relações não capitalistas de produção, é substituída pela economia urbano-industrial, onde passam a prevalecer as relações tipicamente capitalistas na vida econômica local, com a transformação do trabalho e da terra em mercadorias.

Nas regiões de fronteira, portanto, a frente pioneira se caracteriza não só como limite do capitalismo no campo, mas também como limite que se expressa no fechamento da fronteira, isto é, no esgotamento de terras devolutas para aproveitamento agrícola ou

¹ Esse trabalho baseia-se em estudo mais amplo intitulado Frentes Pioneiras e Campesinato na Amazônia Oriental Brasileira, que foi apresentado como dissertação de mestrado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

extrativo por empreendimentos não capitalistas, ocorrendo, assim, a substituição das formas tradicionais de organização da produção, pelo modo dominante que anteriormente as subordinava de forma indireta.

Vejamos a seguir, em linhas gerais, como esse processo ocorreu na Amazônia oriental brasileira, mais especificamente, como os bandeirantes modernos, na segunda metade do século XX, se apropriaram de imenso território na região do Araguaia paraense e provocaram mudanças relevantes na vida econômica e social do lugar.

A Construção da Belém-Brasília e as Origens da Frente Pioneira

Após a Revolução de 1930, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, as classes médias e a burguesia industrial brasileira nascente, passam a deter a hegemonia no processo de tomada de decisões políticas do governo brasileiro.

Com o desenvolvimento das forças produtivas no centro dinâmico do capitalismo brasileiro, as classes dominantes engendram a política de substituição de importações que vai internalizar, a partir de meados de 1950, no próprio território nacional, e mais especificamente em São Paulo – na região do A.B.C. –, a força motriz da industrialização nacional (a indústria montadora automobilística monopolista internacional). Teria continuidade o processo de acumulação do capital industrial-financeiro internacional, só que a partir de então, ele seria acionado no próprio centro dinâmico da formação social periférica brasileira.

A necessidade de mercados potenciais para os produtos que passam a ser fabricados internamente, principalmente no centro-sul do país, e a forma adotada para a circulação e comercialização das mercadorias produzidas, com a produção central alicerçada em veículos auto-motores, fizeram com que as ações governamentais reorientassem os investimentos públicos concernentes à infra-estrutura de transportes. Abandona-se ou diminui-se relevantemente, a ampliação da malha ferroviária e, conseqüentemente, passa-se a investir na construção de estradas de rodagem.

Além disso, “a política de substituição de importações que durante a década de 50 apoiou uma industrialização massiva, marginalizou do processo produtivo da agricultura brasileira, particularmente a do centro-sul e nordeste, uma massa considerável de pessoas a qual passou a constituir no seu processo migratório as frentes de expansão

(iniciada, evidentemente, desde o começo do século) na fronteira agrícola” (CARVALHO, 1979: 92).

Na segunda metade da década de 1950, instala-se em S. Paulo a empresa montadora de automotores, o que representa o início do capitalismo industrial monopolista internacional no Brasil. “A interiorização da Capital Federal, a irradiação a partir de Brasília, de uma rede rodoviária e a montagem de uma indústria automobilística constituía-se um plano coerente, capaz aos olhos do poder, de redinamizar a economia brasileira a favor da burguesia, em consonância com os interesses do capital internacional” (HÉBETTE, 1979: 163-64).

A construção da rodovia Belém-Brasília, foi portanto, um instrumento viabilizador da abertura de novos mercados para o capital industrial, não só com a venda de produtos em mercados potenciais, mas também de equipamentos, tratores, veículos, cimento, ferro, asfalto, serras e demais mercadorias consumidas na construção da estrada.

A chegada do bandeirante moderno na Amazônia

Com a instalação da indústria montadora automobilística em São Paulo, por volta de 1957, o fazendeiro paulista, João Lanari Duval, juntamente com seus irmãos e parentes próximos, passou a atuar no ramo da indústria de auto-peças, fabricando rolamentos, “cardins”, “cruzetas”, etc. Mas era também proprietário de uma fazenda com cerca de 15.000 hectares, localizada no município de Jussara, Estado de Goiás.

Um dos empregados da fazenda goiana, tendo notícias da qualidade e fertilidade das terras dos campos do Pau d’Arco, na região do Araguaia paraense, acabou por influenciar o fazendeiro-industrial paulista a visitar as terras e matas da região do Araguaia paraense. “Nós precisa é ir arranjar terra no Pará. Terra no Pará é que é bom. Essas terra aqui são muito ruim, muito fraca”².

Nesta época, a rodovia Belém-Brasília ainda estava sendo construída (as obras haviam sido iniciadas em 1956) e não era ainda transitável. No mês de setembro de

² A história pertinente a formação da Fazenda Santa Tereza está calcada em várias entrevistas realizadas com moradores de Redenção e que na época eram empregados da fazenda Santa Tereza. Dentre estes, ressalta o depoimento de um deles, que residia até 1959 no município goiano de Jussara e que era o cozinheiro da tropa

1959, o industrial paulista, saindo de sua fazenda em Jussara-Goiás, juntamente com quatro de seus empregados, se dirigiu para Goiânia, e de lá a comitiva embarcou num avião com destino a Conceição do Araguaia³. Com o auxílio do prefeito local, providenciaram a formação da tropa que os conduziu até a mata geral contígua aos campos criatórios.

Ao regressarem para Conceição do Araguaia, teria início o processo de formação da Fazenda Santa Tereza. O empresário de São Paulo daria entrada junto à Coletoria Estadual, de 64 requerimentos de compra das terras devolutas do Estado do Pará. As terras então, que outrora eram terras dos criadores do Pau d'Arco, que estes haviam herdado de seus pais e de seus avós, começam a ser ameaçadas pela chegada do capital, pois a maioria das glebas requisitadas ficava nas regiões de mata contíguas aos serrados por eles ocupados. Além disso, a área indígena local seria cercada, bem como grande parte das melhores terras do município seriam tituladas. Porém, as transformações mais profundas e visíveis ainda estavam por vir.

Na verdade, muito mais do que a formação da fazenda Santa Tereza, o que estava em andamento era o início da transformação da fronteira camponesa pastoril de subsistência, parcialmente mercantil, em fronteira capitalista. A terra ia ser titulada, e com ela as relações de produção do lugar sofreriam alterações significativas. Era a propriedade privada capitalista que pela primeira vez chegava aos campos do Pau d'Arco na região onde futuramente surgiria a frente pioneira de Redenção. (Figura 1)

que pela primeira vez adentrou na mata para fazer o reconhecimento das terras que um ano depois seriam compradas. Hoje ele é rico fazendeiro e dono de um hotel em Redenção.

³ Nessa época, segundo um dos entrevistados, a viagem de Goiânia para Conceição do Araguaia era feita por via aérea pela Cruzeiro do Sul.

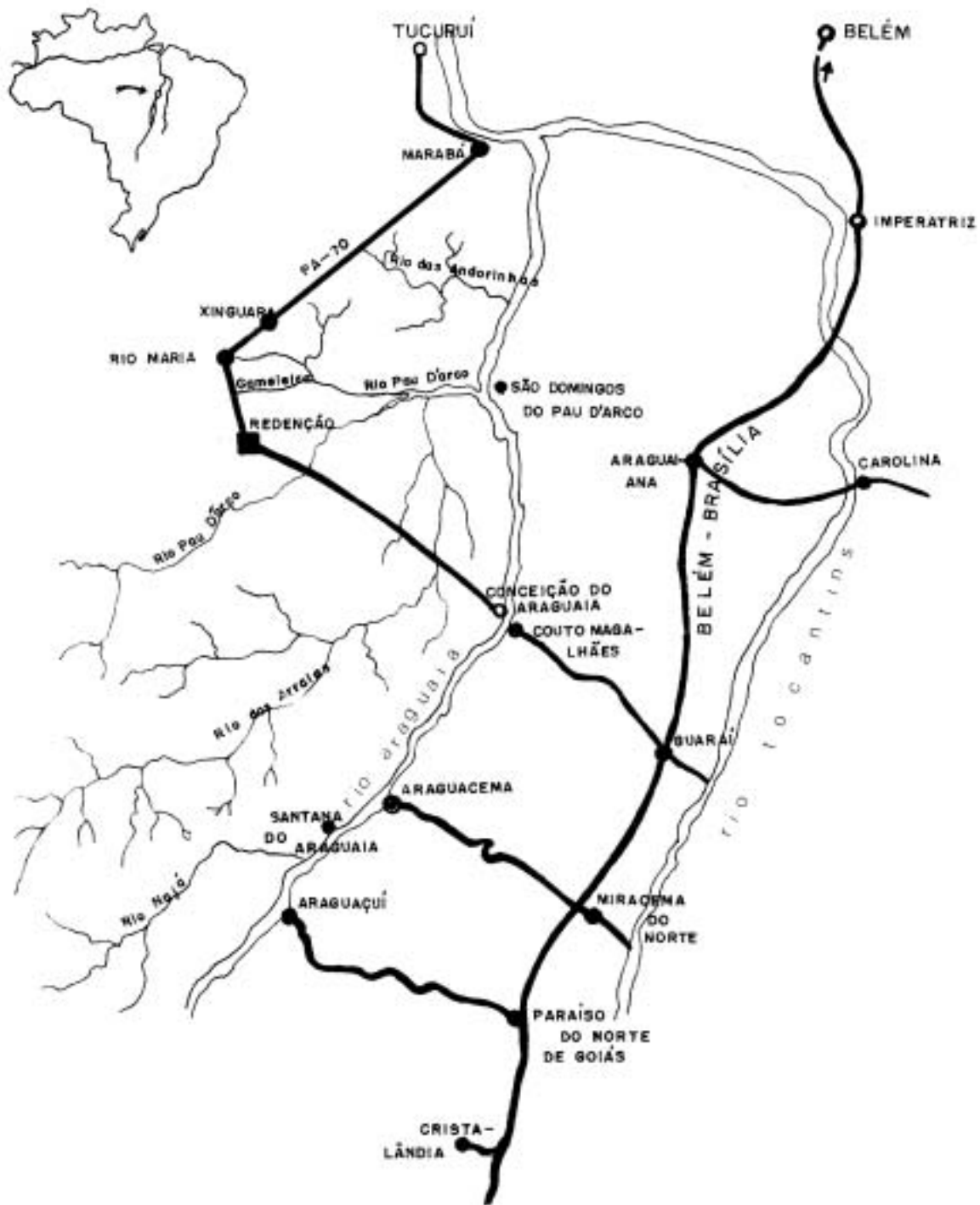


Figura 1
Mapa da área pesquisada

A mercantilização da terra e a modificação das relações de produção

Em 1960, João Lanari Duval deu início ao processo de abertura e demarcação das terras que futuramente iriam compor a fazenda Santa Tereza, pois os serviços de topografia, cartografia, demarcação, bem como a apresentação de um projeto de aproveitamento fundiário da terra, eram condições que os requerentes tinham de cumprir junto ao setor de terras do Governo do Pará, antes da emissão dos títulos definitivos da propriedade.

Em termos mais precisos, era o seguinte o processo das vendas de terras devolutas do Estado: inicialmente, no ato da requisição da compra das terras, o requerente apresentava um plano de aproveitamento fundiário e tinha até dois anos para cumprir 1/8 (um oitavo) deste plano, bem como demarcar a área pretendida. Ainda nesta fase inicial, denominada fase instrutória, o requerente tinha também que efetuar o pagamento para o Estado, correspondente a 30% do valor fixado em tabela para cada gleba. Em seguida, o Estado solicitava uma autorização da Assembléia Legislativa para negociar a área. Se durante a tramitação do processo, o requerente tivesse cumprido 1/8 do plano e efetuado os serviços de demarcação da área, bem como se a Assembléia aprovasse o pedido, o requerente recolhia no Banco do Estado do Pará, os restantes 70% do valor dos lotes, e recebia os títulos definitivos da propriedade. (ITERPA, 1981)

Na verdade, não era difícil se comprar as terras devolutas do Estado neste período, mas, era necessário ter algum capital. Não pelo preço das terras, que era insignificante, porém, pelo investimento que teria que se fazer em obras de abertura de picadas, topografia, demarcação, cartografia, despesas com impostos, taxas cartorárias, contratação de firmas prestadoras de serviços topográficos, e outros mais. Só quem tinha algum capital disponível, poderia comprar alguma terra. Mesmo assim, no final da década de 1950 até meados da década seguinte, foram expedidos inúmeros títulos das terras estaduais.

“ Com a Belém-Brasília e depois a atração exercida pelo sudeste estadual, a febril procura de terrenos devolutos por baixo preço foi acolhida de forma surpreendente pelo poder público: até 1958, durante 35 anos, a Secretaria de Terras

promovera a venda de apenas 384.000 ha; entre 1959 e 1963, vendeu mais títulos neste último período do que em todos os anteriores somados e elevou a área de cada título, de 165,5 ha para 3.584 ha” (SANTOS, 1978: 85-5).

De fato, a gleba padrão nesta época era de 4.356 hectares, equivalente a uma légua em quadra (a légua linear tem 6.600 metros), transformando-se o lote padrão para o alqueire goiano, que era a medida agrária empregada na região estudada. Obtém-se uma área de 900 alqueires por lote (o alqueire goiano tem 48.000 m²).

Estas considerações são importantes para que se possa avaliar a magnitude territorial que iria compor a fazenda Santa Tereza. Apesar de dispositivo legal não permitir a venda de mais de uma gleba para particulares, a requisição foi feita parceladamente, com a utilização de nomes de parentes, amigos e empregados da fazenda⁴. Posteriormente, o empresário paulista, constituiu uma sociedade anônima, denominada Cia de Terras da Mata Geral, da qual se tornou acionista majoritário e quase que absoluto, e incorporou ao seu patrimônio 278.784 hectares das mais belas e produtivas regiões florestais do Araguaia paraense.

Na realidade, ele estava também comprando uma região onde quase 20 anos depois seria descoberta uma das maiores jazidas de ouro do país, o futuro garimpo de Cumarú. Desta maneira estava formado, ou melhor, estava titulado, o território que passou a se constituir no maior latifúndio nacional do Estado do Pará.

A propriedade titulada capitalista chegou na região, portanto, antes da frente de expansão que começava a se formar pela construção da Belém-Brasília. O capitalismo iria se desenvolver nos campos do Pau D’Arco, e os antigos criadores e camponeses que lá habitavam, por ele seriam absorvidos. A fazenda Santa Tereza iria começar os trabalhos de abertura e demarcação das matas do Arraias e Pau D’Arco e transformaria a natureza local. A terra se transformava em mercadoria.

⁴ A proibição de vendas acima de 3.000 hectares, condicionando a operação à autorização do Senado Federal, é posterior a data em que as terras da área pesquisada foram compradas.

O desenvolvimento da fronteira capitalista

É a partir de 1960 que se verifica uma mudança radical na sociedade e na economia camponesa pastoril dos campos do Pau d'Arco. A vida para a população local continuava até o começo daquele ano, a mesma de sempre. Todavia, a maioria das terras por onde costumavam erguer suas roças itinerantes, e, por onde pastava o gado, criado às soltas por entre os cerrados e as matas, já havia sido requisitada e estava por ser titulada. Os índios Caiapó-Gorotire que habitavam a mata geral, também mal desconfiavam que seu território iria virar nome de uma sociedade anônima que havia comprado quase todas as suas terras. Também suas reservas estavam ameaçadas.

Nesse período o local permanece ainda isolado em relação aos grandes mercados, embora o avião começasse a reduzir um pouco esse confinamento, pois, para dar início aos trabalhos de abertura da fazenda, os engenheiros e empregados da Santa Tereza construíram, no mesmo local onde na época áurea da borracha existiu o povoado de Solta, um campo de pouso para servir de apoio logístico de embarque e desembarque de produtos e mão-de-obra necessários para os trabalhos de implantação do empreendimento. Construiu-se, também, na cabeceira da pista, o escritório sede da fazenda, que passou a ser denominado de Lugar Escritório.

Concomitantemente, o término da construção da rodovia Belém-Brasília desencadeia uma corrida às terras marginais, que rapidamente se esgotavam. As atenções dos especuladores e das empresas começavam a voltar-se para o sudeste paraense. Muita terra ainda existia na região, mas, cerca de 10% das melhores terras do município de Conceição do Araguaia já pertenciam à fazenda Santa Tereza.

Os títulos definitivos iriam ser expedidos em 1962. Para tanto, as obras se aceleraram. A fazenda abriu pela primeira vez na história dos campos do Pau D'Arco, uma estrada rodoviária que os ligaria à sede do município. A velha trilha dos Caiapó, e depois estrada boiadeira, era transformada em um atalho um pouco mais largo, que além de permitir o fluxo de veículos automotores, valorizaria sobremaneira as terras da fazenda e dos cerrados vizinhos.

Entre 1960 e 1963, a Cia de Terras da Mata Geral e outros especuladores de menor expressão, já haviam comprado uma parcela significativa da área onde tempos

depois se assentaria a pecuária capitalista dos empresários do centro-sul e o investimento que a fazenda Santa Tereza estava realizando, na verdade, era uma aplicação que visava fundamentalmente a valorização do preço das terras e da floresta, que passaram a compor o maior latifúndio nacional do Pará. Essa inversão era na realidade, um instrumento que viabilizaria a reprodução ampliada do capital da Santa Tereza em curtíssimo prazo, pois logo as empresas mais capitalizadas do país, passariam a demandar as terras do lugar, e, com o monopólio das melhores áreas pertencendo à primeira, esta estipularia preços aviltados por cada hectare negociado de seu latifúndio.

Ademais, após a queda do governo civil de 1964, o processo de aquisição das terras devolutas, tanto do Estado quanto da União, se tornou extremamente rígido, e como para se beneficiarem da política de incentivos fiscais da SUDAM, a partir de 1966, as empresas tinham que portar os títulos definitivos da propriedade, estas passaram a adquirir as terras tanto de especuladores pequenos, que tinham comprado terrenos devolutos do Estado no período 1959-63, quanto da Cia. de Terras da Mata Geral (Fazenda Santa Tereza).

A destruição da economia camponesa local

É oportuno que se especifique como a Fazenda Santa Tereza destruiu o modo camponês pré-existente, dando início ao desenvolvimento do capitalismo na região em estudo.

O capital que até 1960 subordinava apenas formalmente os criadores pecuários do Pau d'Arco, passa, a partir de então, a praticar uma dominação real. O ritmo do trabalho é agora ditado pelos objetivos do capital e da lei de acumulação capitalista. Além disso, a apropriação das terras e pastos e a necessidade de utilização do dinheiro para aquisição dos produtos não fabricados pelos camponeses, como sal, querosene, fósforo e outros, subtrai dos criadores pastoris, as condições necessárias para produção de alimentos básicos de autoconsumo e de algum excedente, como carne seca e toucinho, que eram tradicionalmente comercializados. Com isso, o capital, via fazenda Santa Tereza, transformou grande parcela da mão-de-obra engajada anteriormente na economia pastoril de subsistência, em trabalhadores assalariados da fazenda capitalista.

Deste modo, na circunscrição titulada da futura região do município de Redenção, a fazenda Santa Tereza ao penetrar nos campos e na mata, destruiu o modo de produção camponês que a 70 anos ali estava instalado. O movimento expansionista pastoril, que desde o Brasil colônia havia povoado quase que todo o nordeste brasileiro e, no final do século XIX, atingiria seu limite ao penetrar na Amazônia Oriental, quando foi detido pela imensa floresta, teria, 400 anos depois, uma de suas ramificações destruídas.

Nesta região de campos e matas havia chegado o capital, e com ele chegavam também as mudanças no meio rural local. A fazenda Santa Tereza havia feito uma pista de aviação nos campos e outra na mata, a vinte quilômetros da primeira. Havia também demarcado alguns lotes e destruído a economia de subsistência que lhe antecederam. A natureza estava sendo modificada e em 1962 saíam os títulos definitivos de pelo menos 201.528 hectares das melhores terras localizadas na época no município de Conceição do Araguaia. Isto significava que a fazenda estava se apropriando de quase 10% do total da superfície daquele município, conforme pode ser visualizado na tabela 1.

TABELA 1

Estrutura Fundiária da Fazenda Santa Tereza – Distrito de Redenção, 1979

| Discriminação da Superfície | Área Total (Há) | |
|---|-----------------|------|
| | Absoluto | % |
| Fazenda Santa Tereza (Cia. De Terras da Mata Geral) | 201.528 | 9.82 |
| Município de Conceição do Araguaia | 2.051.920 | 100 |
| Fonte: INCRA, 1979a e 1979b. | | |

Depois da titulação definitiva das terras, a natureza iria passar a ser mercantilizada; formava-se a Cia. de Terras da Mata Geral que passava a constituir-se no maior latifúndio por dimensão do Estado do Pará.

A Sudam e o maior latifúndio paraense

No período que vai de 1962, ano da titulação das terras da Fazenda Santa Tereza, até o ano de 1968, o movimento nos campos do Pau D'Arco, cessado os primeiros trabalhos de implantação da fazenda, não sofreu alterações significativas. Todavia, várias mudanças estavam se verificando, não só nas adjacências da área, mas também nas medidas políticas que viriam a ser adotadas para a ocupação da Amazônia.

O principal fator que levou o capitalismo a se desenvolver nos campos do Pau D'Arco, afora a construção da Belém-Brasília, foi a criação da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Em 1966 seriam instalados os benefícios fiscais na Amazônia, mas a sua origem se situa antes de 1964 e fora da Região.

A 14 de dezembro de 1961 foi promulgada a Lei nº 3.995 que aprovava o I Plano Diretor da SUDENE. No seu artigo 34, permitia as pessoas jurídicas de capital 100% nacional, a dedução de até 50% do seu imposto de renda para investimento em projetos industriais no Nordeste que fossem aprovados pela SUDENE. O mesmo benefício foi estendido à Amazônia pela Lei nº 4.216, de 06 de maio de 1963, quando ainda existia a SPVEA e não a SUDAM (criada em 1966). Pouco depois, a 27 de junho de 1963, através do artigo 18 da Lei nº 4.239, que aprovava o II Plano Diretor da SUDENE, os incentivos fiscais são estendidos para as empresas com capital estrangeiro, e para investimento tanto em projetos industriais como agrícolas.

Em 1º de Dezembro de 1965 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 18, que através do seu Artigo 27 estendeu à Amazônia todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens concedidas pela legislação para a região nordeste. A 27 de outubro de 1966 foi criada a SUDAM pela Lei nº 5.173. Os incentivos fiscais passaram, doravante, a ser administrados pelo novo órgão, que ficou responsável pela aprovação dos projetos privados de interesse para o desenvolvimento da Amazônia. Dentre os principais objetivos da SUDAM estavam:

- “1) Dedução de 50% do Imposto de Renda das pessoas jurídicas sediadas no país, para financiamento de projetos, aprovados pela SUDAM;

- 2) Isenção total ou redução de 50% do Imposto de Renda devido por 10 anos, para os empreendimentos instalados ou que viessem a se instalar até 31.12.1974;
- 3) Isenção de qualquer Imposto e taxas incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos necessários à execução de projetos de empreendimentos que se localizassem na área de atuação da SUDAM;
- 4) Benefícios Estaduais e Municipais” (CNBB, 1977:57).

Estava, portanto, altamente estimulada a ocupação econômica da Amazônia pelas grandes empresas industriais do centro dinâmico da formação social capitalista-periférica brasileira. Após a criação da SUDAM e da política de incentivos fiscais ter sido estendida para a Amazônia e franqueada para investimentos no setor agropecuário, principalmente a partir de 1967, um expressivo número de fazendas e empresas rurais incentivadas pela SUDAM se instala na região dos campos do Pau d'Arco. Daí em diante, o movimento de implantação de empresas pecuárias na região ganha corpo e se expande rapidamente. Entretanto, o fluxo demográfico ainda não era muito significativo, pois as condições de acesso à região não eram satisfatórias.

Apesar de a fazenda Santa Tereza ter aberto uma pequena estrada até Conceição do Araguaia, a falta de conservação e manutenção, em razão das chuvas abundantes, não oferecia condições de tráfego para veículos auto-motores. Assim, as primeiras fazendas instaladas na área, utilizavam-se principalmente de aviões para o transporte de mercadorias e trabalhadores demandados pelos empreendimentos. O campesinato pastoril de subsistência que havia sido absorvido com as obras da Santa Tereza, não mais poderia fornecer a mão-de-obra necessária para as operações de derrubada, queima da mata, abertura de picadas demarcatórias e estradas vicinais de penetração na floresta, pois havia se diluído na formação capitalista dominante que ali havia penetrado. Ademais, seu contingente não era dos mais expressivos e a força de trabalho requisitada era muito elevada nesta fase inicial do desmatamento e formação de pastagens.

As empresas agropecuárias e os capitalistas de menor porte, passam então a se valer dos serviços do “gateiro”. O “gateiro” ou “gato”, responsabiliza-se pelo fornecimento do pessoal necessário para os serviços iniciais de implantação dos primeiros projetos da região do Pau D’Arco. A estrada, como já se disse, não apresentava boas condições de tráfego. Desta forma, os trabalhadores rurais empreitados, provenientes principalmente do Maranhão e Piauí, vinham de caminhão até Conceição, via Belém-Brasília, e desta eram transportados por avião até o campo de pouso localizado no Lugar Escritório.

A formação da frente pioneira

Redenção nasceria em 1969, mas a área que o futuro distrito abarcaria já estava desde meados da década de 60, praticamente quase toda titulada. A natureza estava sendo mercantilizada e a terra tinha se transformado em mercadoria. Os cerrados que formavam outrora pastos naturais dos criadores do Pau D’Arco e a floresta habitada pelos Caiapó-Gorotire, haviam deixado de ser um meio de produzir valores de uso dessas comunidades, para se transformar em valor de troca e meio de se produzir valores de troca.

A ocupação desta região de fronteira pelas empresas capitalistas do centro-sul do país e a intervenção pública facilitando este processo, era parte de um processo mais amplo de acumulação e concentração do capital, inclusive em termos espaciais. Os campos e matas do Araguaia paraense se apresentavam como novas oportunidades de investimento para o capital privado e, portanto, novas oportunidades para a valorização do capital empresarial através da expansão de atividades produtivas, subsidiadas pelo Estado (através dos incentivos fiscais, venda das terras públicas a preços nominais, abertura da estrada de Conceição ao Lugar Escritório etc...), ou simplesmente em torno da especulação do valor da terra, que estava concentrada principalmente na grande propriedade da Fazenda Santa Tereza.

Porém, uma boa parcela das terras onde estava para surgir o povoado de Redenção, não tinha sido requisitada do governo paraense no mesmo período em que foram as da fazenda Santa Tereza. Dentre estas terras, estavam aquelas onde se localizam o campo de pouso que, inicialmente servia de ponto de apoio à primeira fazenda capitalista da região, e, posteriormente serviria também aos demais projetos agropecuários que passam ali a se localizar.

Esta área, conhecida pelos moradores do local pelo nome de Lugar Escritório, e onde atualmente assenta-se a cidade de Redenção, fazia parte de uma gleba de 900 alqueires (4.356 há), que foi requisitada para ser comprada do governo do Pará pelos bandeirantes modernos, o agrimensor goiano, Luis Vargas e o proprietário da fazenda Santa Tereza, João Lanari Duval.

Como na época em que foi solicitado o título provisório desta área, já havia o dispositivo constitucional que não permitia que o estado alienasse para particulares terras devolutas superiores a 3.000 ha, a solicitação de compra do lote foi desmembrada em duas áreas contíguas de 450 alqueires cada uma (2.178 ha). Além disso, como os requerentes já possuíam outras glebas na região, requisitadas em 1959, os títulos de propriedade foram emitidos em nome de suas respectivas esposas.

Em 1969, já tendo se tornado proprietário de uma das glebas, Luis Vargas loteou parte da mesma em terrenos urbanos para revende-los aos interessados. Daí nasceu o povoado de Redenção.

Portanto, o proprietário da área onde estava por surgir a vila de Redenção, era agrimensor da fazenda Santa Tereza e acostumado ao trato com matérias relacionadas à localização, demarcação, medição, cálculos de azimutes e coordenadas geográficas da terra, bem como ao trâmite a seguir para a obtenção do título definitivo das áreas devolutas do Estado.

Em meados de 1969, o movimento nos campos do Pau d'Arco não era ainda comparado ao que o lugar experimentaria a partir do ano seguinte. Todavia, os projetos agropecuários incentivados pela SUDAM cresciam mês a mês. O Lugar Escritório servia de apoio para os projetos, sendo ponto de embarque e desembarque das mercadorias e pessoas. A estrada estadual que vinha de Conceição avançava, mas, só chegaria ali dois anos mais tarde. Entretanto, Redenção não esperaria pela sua chegada. Naquele mesmo ano emergiria por entre as matas do Araguaia Paraense.

O Nascimento de uma Cidade

O processo que desencadeou a formação da zona urbana do atual município de Redenção teve início em finais de 1969. Nesta época, Luis Vargas Dumont, o

agrimensor da Fazenda Santa Tereza, retornava da sede da fazenda e iria seguir viagem para Goiânia. Antes de embarcar por via aérea do campo de pouso localizado no Lugar Escritório, distante 20 quilômetros da sede de Santa Tereza, e cuja propriedade lhe pertencia, resolveu pernoitar num canteiro de obras ali existente. As obras eram da abertura de uma estrada que demandaria a sede da fazenda Sangapoitã, um dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, nas margens do Rio Pau d'Arco.

Nesta noite, conversando com seu colega de profissão que comandava os trabalhos de abertura da estrada para a fazenda Sangapoitã, com este empreitou para que o mesmo demarcasse 30 lotes às margens da pista de pouso do Lugar Escritório, e, se encarregasse dos serviços de corretagem caso houvesse comprador para alguns dos lotes. Isto feito, seguiu viagem para Goiânia na manhã seguinte.

Passados trinta dias, ao retornar para a sede da fazenda Santa Tereza, o agrimensor resolveu pousar no Lugar Escritório para saber se seu colega da Sangapoitã havia conseguido vender algum lote. Sua surpresa foi geral quando, antes do pequeno avião em que viajava pousar no Lugar Escritório de sua propriedade, avistou algumas casas construídas num dos lados da pista. Em suma, em menos de um mês, todos os trinta lotes haviam sido vendidos e a procura aumentava vertiginosamente, ao ponto de já se presenciarem moradores não localizados à espera de novos lotes. Novos lotes foram cortados e vendidos simultaneamente.

Mas no começo da formação do povoado, praticamente, não havia um número significativo de pessoas nos campos do Pau d'Arco. O contingente populacional era basicamente formado pelos trabalhadores rurais dos projetos agropecuários que começavam a se implantar nas imediações. Tanto é assim, que foram os trabalhadores de fazenda Sangapoitã, que na época estavam abrindo uma estrada nas redondezas, os primeiros moradores do novo povoado.

Tão logo ergueram-se as primeiras habitações no Lugar Escritório, também conhecido nas imediações por Boca da Mata, a notícia se espalhou por toda a região. Imediatamente começaram a chegar ao local, várias e várias famílias que, depois de comprarem seus terrenos, ou mesmo antes disso, se punham a construir suas rústicas moradias. Essas famílias eram principalmente aquelas em que um ou mais membros trabalhavam nas fazendas incentivadas pela SUDAM.

Porém, um ano depois, no princípio de 1971, o Departamento de Estradas de Rodagem do Pará, que tinha iniciado as obras da estrada proveniente de Conceição, em novembro de 1966, chegava finalmente com suas máquinas à Boca da Mata. Foi o suficiente para que o povoado, que já vinha crescendo gradativamente, crescesse da noite para o dia. Um movimento nunca havido antes nos campos do Pau d'Arco, nem mesmo comparável aquele existente no período da exploração da borracha, inicia a transformação do cenário local. Estava em andamento um processo acelerado de urbanização do meio rural local.

Redenção: De um simples vilarejo ao município mais desenvolvido do sul do Pará

A pista de pouso que originou Redenção, durante aproximadamente dez anos serviu de ponto de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, primeiro da fazenda Santa Tereza, e depois dos projetos agropecuários que se instalaram nas proximidades.

Este pequeno aeroporto que subitamente passou a se constituir na primeira rua do novo povoado, seria o ponto de partida para o extraordinário crescimento que o local experimentaria nas décadas seguintes. Já no final de 1970, a população do lugarejo era de 767 pessoas, sendo 357 mulheres e 410 homens. Essa população era, ainda, essencialmente composta por famílias de trabalhadores rurais, engajados nos trabalhos de abertura das fazendas concernentes aos projetos agropecuários das redondezas.

Frei Henrique Marques da Silva rezou a primeira missa no lugarejo em finais de 1969, e a missionária francesa leiga, Paula Planchon, permaneceu no povoado durante os três primeiros anos de existência do mesmo, dando assistência religiosa aos moradores locais. O lugar passou a ter o último domingo de novembro como data anual da comemoração do padroeiro da cidade, o Cristo Redentor.

Em 1970, quando começava a ter um grande desenvolvimento, o futuro município de Redenção contava com os seguintes projetos agropecuários: BELCOM S.A., Fazenda Santa Ernestina, Fazenda Sanga-Poitã, CODESPAR, BRADESCO, Pau D'Arco, Pastoril, Conceição do Araguaia, Sul do Pará, PALMITAL e Fazenda Arraia-Porã. (INCRA, 1979b)

A população registrada pelo IBGE como residente nestas fazendas, neste mesmo ano, era de 1.577 pessoas, as quais representavam, aproximadamente, 68% do total dos habitantes residentes na área, que a partir de 1975 passaria a ser denominada como distrito de Redenção, conforme os dados da Tabela 2.

Entretanto, devido a localização estratégica do povoado de Redenção, e a conclusão da rodovia proveniente de Conceição do Araguaia em 1971, a zona urbana passou a receber um forte afluxo populacional que se intensificou ainda mais quando, em 1974, a rodovia PA-70 (atual PA-150), ligou o povoado com a cidade de Marabá e por consequência também com o nordeste e a capital do Estado.

TABELA 2
Evolução Populacional de Redenção

| População | Período | | | |
|--------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | 1970 (a) | 1980 (b) | 1991 (c) | 2000 (d) |
| Urbana | 767 (33%) | 12.680 (68%) | 44.944 (80%) | 59.531 (94%) |
| Rural | 1.577 (67%) | 5.984 (33%) | 11.024 (20%) | 3.666 (6%) |
| Total | 2.344 (100%) | 18.664 (100%) | 55.968 (100%) | 63.197 (100%) |

Fonte: (a) IBGE, 1970; (b) IBGE, 1980; (c) e (d) Seplan(PA), 2003.

Os migrantes passam, então, a demandar a região através da Transamazônica, pela qual se deslocam até Marabá e desta, descem pela nova rodovia estadual para Redenção. Rapidamente a zona urbana toma feições de cidade. Uma linha de ônibus ligando Conceição do Araguaia com Belém é inaugurada em 1975 e Redenção passa a ser ponto obrigatório de parada dos coletivos. Neste ano o povoado é elevado à categoria de vila e simultaneamente o poder público cria o distrito de Redenção. (Governo do Estado do Pará, 1975)

Por esta altura a vila já era bastante desenvolvida e a população continuava a aumentar dia a dia. Ainda neste mesmo ano de 1975, funda-se na vila uma agência bancária do maior complexo financeiro do país. É a presença do capital financeiro que atesta o extraordinário crescimento que a região experimentava.

Posteriormente, funda-se a maçonaria local, composta inicialmente por cerca de 40 membros, e que visa a elevação social e econômica de seus associados. O comércio intensifica-se e a diversificação da atividade terciária traz um novo alento aos moradores da vila. Além das primeiras tabernas improvisadas nas rústicas moradias, e da promiscuidade e violência da zona de prostituição, encontram-se vários estabelecimentos comerciais e boates altamente sofisticados.

A cidade possui ruas e avenidas largas e bem traçadas onde, ao lado das charretes puxadas a cavalo, observa-se um grande número de automóveis dos comerciantes e fazendeiros locais. Estes, via de regra, são veículos do último ano e para os quais existe na cidade uma boa infra-estrutura. Lojas de auto-peças, postos de gasolina, serviços de borracharia, oficinas mecânicas e elétricas para automotores e até mesmo auto-escola-despachante formam o conjunto dos estabelecimentos de apoio à manutenção e funcionamento dos veículos da região.

Com toda essa diversificação comercial e, conseqüentemente, com o rápido desenvolvimento das atividades urbanas, também a população cresceu vertiginosamente. De 767 habitantes residentes no lugarejo em 1970, a cidade de Redenção pulou em 1980 para 12.680 moradores, mais do que duplicando seu contingente inicial. O meio urbano passou, em termos populacionais, a predominar sobre o meio rural, representando 68% dos 18.664 habitantes de todo o distrito.

No princípio da década de 70, na área de Redenção, 67% da população residia nas fazendas que começavam a se implantar, mas, já no ano de 1980, ocorreu uma inversão desta situação, quando aproximadamente 68% do total da população do distrito residia na cidade. Na verdade, isto se deveu em parte à atração que a cidade da região de fronteira exerce sobre habitantes de outras regiões, principalmente pequenos comerciantes ou profissionais autônomos, que para lá se dirigiram procurando fugir da concorrência existente nas médias e grandes cidades onde residiam. Por outro lado, o meio rural não fixa

a mão-de-obra migrante, uma vez que, devido a alta composição orgânica do capital das empresas agropecuárias ali implantadas, os empregos fixos gerados são insignificantes.

Além disso, o campesinato anteriormente instalado no local, foi compelido, de uma forma ou de outra, a abandonar sua propriedade e como a maioria não conseguisse se fixar na cidade adaptando-se ao novo estilo de vida, que contraria a tradição pastoril-agrícola das populações antigas, estas migraram para regiões mais adiante na mata, acompanhando as novas aberturas das estradas.

Um morador de Redenção, remanescente da atividade pastoril de subsistência, e que no início da década de 1980 possuía um pequeno comércio de bebidas e gêneros alimentícios nos arredores da cidade, fornece mais claramente uma idéia do rápido crescimento do lugar, bem como as conseqüências advindas para os moradores mais antigos:

“Em vista do que era isso aqui, hoje nós mora dentro de uma capital. Antes era melhor porque a gente tendo terra, tem fartura. A gente tem o arroz, o milho, a gasolina, tem de tudo. Nós naquele tempo tinha de tudo. Hoje nós ainda tem o porco e a galinha, mas não dá pra criar aqui. Eles estão num chiqueirinho dum compadre mas nós já vamos acabar com eles. Mas nós tendo a terra é muito superior. Eu se tivesse uma terra pra estar trabalhando, não estava aqui quieto não. Ficava só a mulher mais os meninos. Eu estava no serviço”.

Em 1982, como conseqüência desse expressivo crescimento, a luta pela emancipação dessa frente pioneira amazônica, antiga aspiração das elites locais, seria vitoriosa, pois naquele ano o distrito foi desmembrado de Conceição do Araguaia, ganhando autonomia política e administrativa com a criação do município de Redenção.

No último quartel do século XX a tendência de crescimento apresentada na primeira década de existência da cidade se acentuaria ainda mais, pois, em 1991, o núcleo urbano possuía quase 45 mil habitantes, que representavam 80% da população municipal e no ano 2.000, 94% dos 63 mil habitantes do município, isto é, aproximadamente 60 mil

pessoas, já moravam e desenvolviam alguma atividade na área urbana de Redenção. (Tabela 2)

Em 1991, Redenção que já ocupava a 20ª posição dentre os 105 municípios paraenses existentes naquele ano, foi um dos que mais se desenvolveram na última década do século, passando para o décimo lugar no ranking do índice de desenvolvimento humano referente aos 143 municípios do Estado em 2000. Atualmente Redenção é o município mais desenvolvido do sul do Pará e polariza a vida econômica e social da Região. (PNUD, 2003)

As atividades urbanas cresceram e se diversificaram. Instalaram-se inúmeros serviços modernos em quase todas as áreas. A educação municipal passou a contar, além da oferta de ensino do 1º e 2º graus, com uma escola agrotécnica de referência regional e com um campus da universidade estadual. No meio rural, a pecuária moderna, a atividade madeireira e, nos últimos anos, a cultura aristocrática da soja, passaram a ocupar o território onde prevalecia a economia camponesa e são indicativos das grandes transformações induzidas 40 anos antes pelos modernos bandeirantes nessa área da Amazônia brasileira.

Considerações Finais

A análise do processo histórico da formação social da frente pioneira de Redenção, no sul do Pará, revela que tanto o ritmo do povoamento quanto as formas econômicas de se organizar a produção, derivantes dos processos migratórios para a região do Araguaia Paraense, sempre foram ditados pelo funcionamento da economia capitalista em escala mundial. Por consequência, em última instância, esta conformação demográfica e econômica, foi determinada pelas necessidades da reprodução do capital, quer das empresas localizadas nas formações capitalistas centrais – caso do “rush” da borracha da região -, quer daquelas sediadas no centro dinâmico da formação capitalista periférica brasileira.

Caracterizada como região de fronteira, isto é, uma região que até princípios dos anos 70, apresentava baixos índices demográficos e grande quantidade de terras com possibilidades potenciais de aproveitamento econômico, Redenção, que até meados dos anos 60 era uma área de campos e florestas praticamente inexplorada, hoje se apresenta como uma significativa frente pioneira da Amazônia Oriental.

Com a criação da SUDAM, em 1966, a área de Redenção passa a ser praticamente um distrito agropecuário destas empresas, as quais se utilizam dos incentivos fiscais e creditícios governamentais para ampliarem o seu montante capitalizado. Uma outra forma derivante deste processo, ocorrida na área, foi a aquisição de grandes glebas de terras com a finalidade meramente especulativa, objetivando revender essas terras a preços infinitamente superiores, após a valorização das mesmas. Foi o caso de João Lanari Duval, que comprou mais de 200.000 hectares das terras devolutas do Pará, e constituiu o maior latifúndio por dimensão do Estado. Com um investimento inicial em alguma infra-estrutura, esse bandeirante moderno, pode, em pouco tempo, obter elevadíssimas taxas de retorno do capital investido, seja pela revenda da terra, seja pela atividade agromineral derivante das empresas rurais agropecuárias e mineradora por ele criadas.

A área urbana de Redenção, sempre serviu de ponto de apoio para as atividades que visavam, em última instância, o aumento do estoque de capital da formação capitalista central, quer brasileira, quer estrangeira. Como sede urbana da frente pioneira – capitalista – da região, Redenção surgiu em 1969. Luis Vargas Dumont, goiano, dono das terras estrategicamente localizadas, antecipou-se à chegada dos migrantes e fundou o povoado. Loteou um pedaço de suas terras, instalou luz elétrica e elaborou um plano de crescimento. A população urbana passou de 767 para 60 mil habitantes no período 1970-2000. A cidade que inicialmente funcionou como ponto de apoio às atividades agropecuária e madeireira das fazendas e serrarias que se instalaram em suas proximidades, se modernizou e diversificou a oferta de produtos e serviços.

O próprio crescimento do núcleo urbano provocou a valorização das terras ao seu redor e, conseqüentemente, provocou a expulsão dos posseiros, que não possuíam a renda necessária para manter a terra em seu poder.

A terra pertinente à área estudada, primeiro era terra tribal, depois transformou-se em fronteira camponesa pastoril de subsistência, sendo esta dominante até a emergência dos primórdios da frente pioneira em 1960. Contudo, ali também predominou a empresa extrativista mercantil do caucho que, enquanto durou, subordinou mas não destruiu o modo de produção camponês que lhe antecedeu. A frente capitalista, ao contrário, desagregou e destruiu a forma camponesa de se organizar a produção. A ação do Estado, com o investimento em obras de infra-estrutura e concessão de incentivos fiscais e

proteção explícita ou tácita ao capital, também contribuiu para a desagregação do campesinato.

Na região de Redenção a terra rapidamente foi titulada e se transformou em mercadoria. Os posseiros ainda existentes, localizam-se distantes da zona urbana e certamente não conseguirão manter suas posses por muito tempo, pois a frente capitalista quando não se antecipa à frente camponesa, sucede a esta, despovoando a área ocupada, reconcentrando a propriedade fundiária e estabelecendo a pecuarização capitalista que expulsa a mão-de-obra local.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Horário Martins de – “A privatização das terras da Amazônia: (Relendo a CPI da Terra)”. **Revistas da Associação Regional dos Sociólogos**. Nº 4. Belém: p. 79-111. 1979.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – **Pastoral da Terra. Posse e Conflitos**. Estudos da CNBB-CEP. São Paulo: edições paulinas. 2ª edição. 1977.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Lei nº 4.568 de 04 de junho de 1975.

HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa – “Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais”. In HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa. **Colonização para Quem?** Belém: UFPA./NAEA, pp. 113-150. 1979 .

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Recenseamento Demográfico. Caderneta do pesquisador arquivada na Delegacia do IBGE. Conceição do Araguaia: 1970.

_____ . **Sinopse Preliminar do Recenseamento Demográfico de 1980**.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA.
Situação cadastral e tributária dos projetos agropecuários aprovados pela

SUDAM, no Estado do Pará. Vol. IV, Belém: Coordenadoria Regional do Norte, 1979a.

_____. **Situação cadastral e tributária dos maiores imóveis rurais no Estado do Pará.** Belém: Coordenadoria Regional do norte, Divisão de cadastro e Tributação, 1979b.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA. Entrevista realizada com o presidente do Iterpa. Belém, 23 de outubro de 1981.

MARTINS, José de Souza. “Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica” in MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975. (43-50)

PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA . “Lei Municipal nº 195”. Aprova os limites do Distrito de Redenção e dá outras providências. Conceição do Araguaia. Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, 23 de junho de 1975.

SANTOS, Roberto. A Economia do Estado do Pará. Belém: IDESP, Série **Relatórios de Pesquisa 10.** Belém: Governo do Estado do Pará, 1978.

SILVA, Fábio Carlos da. Frentes Pioneiras e Campesinato na Amazônia Oriental Brasileira. Belém: NAEA/UFPA, 1982. (Dissertação de Mestrado)

SEPLAN-PA. Dados Estatísticos do Município de Redenção. Belém: Diretoria de Estatística Estadual, 2003.